

Brasil Econômico – 27/07/2012

Custo da energia cairá 10% para empresas e residências

Com renovação automática das concessões e fim dos encargos, o governo conseguirá baixar a conta de luz

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, confirmou ontem que as tarifas de energia elétrica devem cair 10% para empresas e usuários residenciais com a renovação das concessões, que prevê redução dos encargos sobre o setor. Os cálculos de queda das tarifas foram feitos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O silêncio do governo em torno das concessões do setor elétrico -que vencem a partir de 2015-foi quebrado ontem pelo ministro. Lobão confirmou a decisão do Palácio do Planalto em renovar os atuais contratos por um período de 20 anos. Afirmou que a proposta será enviada ao Congresso Nacional em até 30 dias e incluirá a extinção dos encargos setoriais da conta de luz, como Conta de Consumo de Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR) e a Conta de desenvolvimento Energético (CDE), conforme publicou o BRASIL ECONÔMICO.

"Provavelmente mexeremos também no Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica)", disse Lobão, explicando que o Tesouro Nacional assumirá os custos dos encargos que são usados para subsidiar programas, principalmente sociais, relacionados ao setor elétrico. Interlocutores do governo dizem que a decisão de cortar encargos ocorreu depois que a presidente Dilma Rousseff avaliou que apenas a renovação dos contratos de energia (que vencem em 2015) traria uma redução na conta de luz de apenas 3%.

O resultado não compensaria todo o esforço que estaria sendo empreendido para renovar os contratos - o que exige alteração da Constituição, que prevê licitação para a escolha de novos concessionários.

A redução dos encargos setoriais serve também como uma estratégia do governo federal para abrir um novo flanco de discussões com os estados no sentido

da redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que recai sobre a conta fechada de energia. Com isso, a tarifa poderia cair mais 10%. "O cancelamento dos encargos certamente inspira os estados a reduzirem o

ICMS", disse Lobão. "A energia na sua fonte é barata e no meio do caminho encarece. E nós queremos retirar esses obstáculos do meio do caminho." Indexador

Também como parte do pacote de energia, o governo pretende sinalizar que o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) não será mais usado como indexador quando vencerem os contratos de concessão para a venda de energia. Nos novos empreendimentos de energia a serem construídos, o governo deverá fazer o reajuste dos contratos de venda de energia atrelado ao custo financiamento para a construção da usina, o que traz como referência a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). ■

Gráfico: Carga Pesada

Peso dos tributos da conta de luz

23% custo de transmissão e distribuição

27% são tributos

40% é o preço da energia

10% de encargos

Fontes: **Instituto Acende Brasil** e consultoria Andrade & Canellas

Contas de luz para residências e empresas vão cair cerca de 10%

Com a renovação das concessões de energia elétrica e a retirada de encargos, ministro Edison Lobão comemora a queda nas tarifas de consumo. Se o governo convencer os estados a reduzirem o peso do ICMS, poderá haver nova baixa de 10%. — PB

Custo da energia cairá 10% para empresas e residências

Com renovação automática das concessões e fim dos encargos, o governo conseguirá baixar a conta de luz

Ruy Barata Neto e Simone Cavalcanti, de Brasília
redacao@brasileconomico.com.br

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, confirmou ontem que as tarifas de energia elétrica devem cair 10% para empresas e usuários residenciais com a renovação das concessões, que prevê redução dos encargos sobre o setor. Os cálculos de queda das tarifas foram feitos

pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O silêncio do governo em torno das concessões do setor elétrico — que vencem a partir de 2015 — foi quebrado ontem pelo ministro.

Lobão confirmou a decisão do Palácio do Planalto em renovar os atuais contratos por um período de 20 anos. Afirmou que a proposta será enviada ao Congresso Na-

cional em até 30 dias e incluirá a extinção dos encargos setoriais da conta de luz, como Conta de Consumo de Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR) e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), conforme publicou o **BRASIL ECONÔMICO**.

“Provavelmente mexeremos também no Proinfra (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica)”, dis-

se Lobão, explicando que o Tesouro Nacional assumirá os custos dos encargos que são usados para subsidiar programas, principalmente sociais, relacionados ao setor elétrico. Interlocutores do governo dizem que a decisão de cortar encargos ocorreu depois que a presidente Dilma Rousseff avaliou que

apenas a renovação dos contratos de energia (que vencem em 2015) traria uma redução na conta de luz de apenas 3%.

O resultado não compensaria todo o esforço que estaria sendo empreendido para renovar os contratos — o que exige alteração da Constituição, que prevê licitação para a escolha de novos concessionários.

A redução dos encargos seto-

riais serve também como uma estratégia do governo federal para abrir um novo flanco de discussões com os estados no sentido da redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que recai sobre a conta fechada de energia. Com isso, a tarifa poderia cair mais 10%. “O cancelamento dos encargos certamente inspirará os estados a reduzirem o

ICMS”, disse Lobão. “A energia na sua fonte é barata e no meio do caminho encarece. E nós queremos retirar esses obstáculos do meio do caminho.”

Indexador

Também como parte do pacote de energia, o governo pretende sinalizar que o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) não será mais usado como inde-

xador quando vencerem os contratos de concessão para a venda de energia. Nos novos empreendimentos de energia a serem construídos, o governo deverá fazer o reajuste dos contratos de venda de energia atrelado ao custo financiamento para a construção da usina, o que traz como referência a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). ■

CARGA PESADA

Peso dos tributos na conta de luz



Fontes: Instituto Acende Brasil e consultoria Andrade&Canellas



Lobão: "A energia na fonte é barata e no meio do caminho encarece. Queremos retirar esses obstáculos"